

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ECOPÓLO VALE DA JULIANA NA APA DO PRATIGI – REGIÃO DO BAIXO SUL DA BAHIA

Karla Christiane Ribeiro Tanan¹; Joselisa Maria Chaves²

1 – Bolsista PIBIC FAPESB/UEFS, Graduanda em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: karla.tanangeo@gmail.com

2 – Professora Adjunto B, Departamento de Ciências Exatas, Área de Geociências, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: joselisa@uefs.br

PALAVRAS- CHAVE: APA do Pratigi, Educação Ambiental, Mata Atlântica

INTRODUÇÃO

A natureza vem sendo explorada há milhares de anos como se fosse um recurso inesgotável e fragmentado, sem as devidas preocupações com o equilíbrio ecológico e a sua capacidade de suportar os impactos, o que vem resultando nos graves problemas ambientais da atualidade (GUIMARÃES, 2007). Um exemplo claro desse uso indiscriminado é o bioma da Mata Atlântica, que sofreu intensos processos de uso e ocupação desde os períodos coloniais, primeiro com a extração do Pau Brasil, até os dias atuais com a utilização da agricultura e pecuária em larga escala.

Neste contexto, a Educação Ambiental é uma forma de refletir/agir frente a esta problemática, podendo ser vista como aquela que “aponta para as transformações da sociedade em direção a novos paradigmas de justiça social e qualidade ambiental” (GUIMARÃES 2000, p.11). O papel da Educação Ambiental é questionar de forma crítica os atos da sociedade enquanto agente dos impactos ambientais e levar s discussões na compreensão da real importância da conservação dos recursos naturais.

Portanto, as Áreas de Proteção Ambiental (APA) apresentam-se como local excelente para o desenvolvimento de estudos ambientais, não só pela sua riqueza em biodiversidade, mas por conciliar a manutenção das comunidades que habitam as áreas de APA com o uso sustentável dos recursos naturais. Neste sentido, este trabalho propõe-se analisar o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental no Ecopólo Vale de Juliana na APA do Pratigi (no Baixo Sul da Bahia) em suas repercussões na conservação de áreas protegidas de Mata Atlântica.

A acuidade da APA do Pratigi está também em proteger áreas de Restingas e Manguezais, característicos do ecossistema do bioma Mata Atlântica, com áreas de estuários além de remanescentes de Floresta Ombrófila densa e da bacia hidrográfica do rio Juliana, exuberante complexo hídrico, que contribui para a estabilidade do sistema hidrográfico da região (BAHIA, 2012).

Os municípios que compreende os limites da APA são: Ibirapitanga, Piraí do Norte, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha. A área da APA está dividida em três Ecopólos: I – Cordilheiras, II – Vales e III – Litorâneo, que são áreas com ambientes específicos e bem definidos e também com potencialidade para negócios, gerando oportunidades de trabalho e renda para a comunidade local (Rocha, 2010). O projeto de pesquisa inicialmente está voltado para atuar no Ecopólo II Vale da Juliana, por possuir remanescentes de floresta primária e secundária.

MATERIAIS E MÉTODOS

A APA do Pratigi tem como característica, ser uma unidade de conservação de uso sustentável, com o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso

sustentável de parcelas dos seus recursos naturais e que é regulamentada pela Lei federal nº 9.985/00 que trata das unidades de conservação (HASSLER, 2005).

No sentido de amenizar os problemas relacionados à manutenção e recuperação dos recursos hídricos e da biodiversidade de uma faixa de Mata Atlântica da região do Baixo Sul da Bahia é que foi criada a APA do Pratigi, através do Decreto estadual nº7.272, de 2 de abril de 1998, com alteração da sua poligonal instituída pelo Decreto Estadual nº8.036, de 20 de setembro de 2001. A figura 1 representa a área de delimitação da APA e os municípios que a integram.

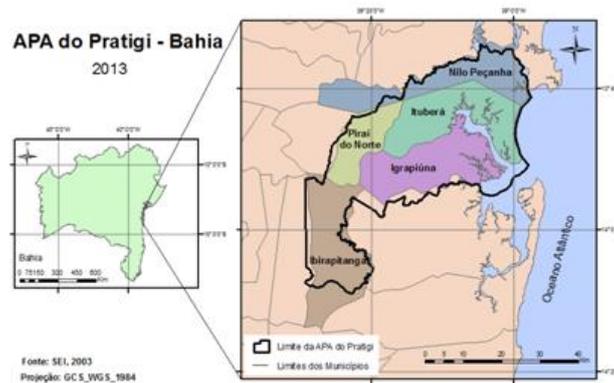


Figura 1: Delimitação territorial da APA do Pratigi e os Municípios que a integram. Fonte: Gonçalves, 2013.

A metodologia seguiu quatro etapas: i) levantamento de dados bibliográficos para subsidiar a pesquisa; ii) visitas de campo, para reconhecimento da área de estudo e desenvolvimento da pesquisa in loco; iii) Levantamento de dados secundários e iv) análise e integração dos dados. Na primeira etapa, de levantamento bibliográfico, foram realizadas consultas em artigo, revistas e livros na busca de melhor compreender dos temas que foram abordados nesta pesquisa, tais como, a Educação Ambiental e o processo histórico de formação do território do Baixo Sul baiano.

Na segunda etapa da pesquisa organizou-se saídas de campo para reconhecimento da área de estudo. A partir do primeiro campo os seguintes procedimentos foram realizados: 1- levantamento dos projetos que a Associação Guardiã da Área de Proteção Ambiental do Pratigi (AGIR) e a Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul (OCT), realizam com as comunidades da APA; 2- Visita a Casa Familiar Rural de Igrapiúna; 4- Coleta de materiais disponibilizados pela AGIR e OCT como revistas, livros e relatórios que foram importantes para a concretização deste trabalho.

Na terceira etapa fez-se o levantamento de dados secundários a partir da base de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), levando em conta, o número de habitantes dos municípios que compõem a APA do Pratigi e a porcentagem da população no espaço rural e urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A APA do Pratigi agrega parcerias como a (AGIR) que é uma associação civil formada por associações comunitárias, que atua no sentido de mobilização das comunidades da APA, para a realização de objetivos comuns, como reivindicar, atrair e mobilizar ações, para que o poder público através das políticas públicas, atendam as necessidades e demandas de cunho sociais, infraestruturais e ambientais. São 40 associações atendidas nos municípios que compõe a APA. A OCT já tem um trabalho voltado para a questão ambiental, incluindo: conservação ambiental (desmatamento evitado), reflorestamento, projetos estruturantes e conservação produtiva. Os

projetos vêm sendo organizados em três grandes áreas que compreende ao: Centro de reflorestamento; Centro de resultado conservação produtiva; Centro de resultado conservação ambiental e os seus respectivos projetos conforme a (Tabela 01).

Tabela 01: Apresentação dos projetos organizados pela OCT.

| | Projetos | Comunidades a |
|--|---|--|
| Centro de resultado conservação produtiva | Conservação Produtiva: Novos Arranjos como estratégia para o Desenvolvimento Territorial em Bases Sustentáveis /CAR | 17 comunidades |
| | SAF – Uma estratégia de Agroconservação na Bacia do Rio Juliana/Funbio | |
| | Produzindo Sementes Mudando Vidas Restaurando Serviços Ambientais nas Sub-Bacias do Mina-Nova e Vagido/Funbio | 17 comunidades 03 comunidades |
| Centro de reflorestamento | Unidades Experimentais de Silvicultura para Fins Econômicos/OCT Centro de referencia em desenvolvimento territorial em bases sustentáveis/Viveiro | 02 comunidades |
| | Modelos de silvicultura de espécie nativas para viabilização econômica da reserva legal e restauração de áreas de baixa aptidão agrícola no baixo sul da Bahia/FO Águas do Sem Fim/FNM | 02 comunidades |
| | Restauração Florestal de Nascentes do Rio Juliana/FO Restauração Florestal Sub-bacias do rio Mina Nova e Vagido/FO – Fazenda Reunidas Vale do Juliana | 01 comunidade |
| | Regularização Ambiental e Formação de Corredores Ecológicos na Bacia do Rio Juliana/Funbio. | 08 comunidades |
| Centro de resultado conservação ambiental | Carbono Neutro Pratiği PSA Água | 01 comunidade |
| | Certificação de Carbono para Restauração Florestal Estudos para desmatamento evitado | 03 comunidades |
| Estudo para levantamento da Biodiversidade | | |

Elaborado por: Tanan, 2013.

Fonte: Fonte: Organização das terras do Baixo Sul da Bahia (OCT).

Os dados secundários levantados do IBGE, nos mostrou que, ainda os municípios que compõe a APA apresentam baixo índice de desenvolvimento, altos índices de pobreza e crescimento vegetativo quase zero, conforme (Tabela 02).

Tabela 02: Incidência de pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para os municípios da Sub-região Baixo Sul que integram a APA do Pratiği.

| Município | Incidência de Pobreza (%)¹ | IDH-M² |
|------------------|--|--------------------------|
| Ibirapitanga | 54,25 | 0,359 |
| Igrapiúna | 63,31 | 0,378 |
| Ituberá | 55,93 | 0,406 |
| Nilo Peçanha | 44,09 | 0,363 |
| Pirai do Norte | 50,73 | 0,369 |

Elaborado por: Gonçalves, 2013.

Adaptado de: (1) IBGE. Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 202/2003. Mapa da Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 22/03/13;

(2) IPEA/PNUD/FJP/IBGE. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998. **Nota:** Para o IDH-M, valores abaixo de 0,5 representam Desenvolvimento Humano baixo; entre 0,5 e 0,8, médio; e acima de 0,8, alto.

No entanto estes mesmos municípios apresentam expressivas atividades econômicas com destaque para a agricultura, o extrativismo, a pesca e o artesanato, mas as condições sociais da população não são beneficiadas pela instalação de empreendimentos na região.

Baseada em uma economia de predominância a agricultura, os municípios da APA, apresentam-se em sua grande maioria uma população concentrada na zona rural, segundo os últimos dados do IBGE em 2010, conforme (Tabela 03).

Tabela 03: Numero de habitantes na zona urbana e rural dos Municípios da sub-região Baixo Sul da Bahia e que integram a APA do Pratigi.

| Municípios | Nº de habitantes Zona | Nº de habitantes Zona |
|----------------|-----------------------|-----------------------|
| | Urbana | Rural |
| Ituberá | 19.252 | 7.339 |
| Igrapiúna | 3.105 | 9.425 |
| Nilo Peçanha | 4.275 | 9.068 |
| Ibirapitanga | 6.163 | 16.435 |
| Pirai do norte | 3.689 | 6.110 |

Elaborado por: Tanan, 2013.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=8>.

CONCLUSÕES:

Com os dados adquiridos e analisados, nos trouxe a possibilidade de conhecermos a realidade do lugar pesquisado, no caso desta pesquisa, a APA do Pratigi.

E é nesta perspectiva de compreendermos o lugar de estudo, que permitiu analisarmos como a Educação Ambiental vem sendo difundida na área de proteção ambiental a partir das instituições como a AGIR e OCT e o papel destas instituições com a comunidade local e com a Casa Familiar Rural.

Em suma a contribuição das instituições OCT e AGIR a partir da execuções de projetos no âmbito social, político e ambiental tem melhorado as condições de vida das comunidades que vivem na área da APA do Pratigi, mas ainda é necessário uma intervenção mais presente do poder público para atuar principalmente na área da saúde, educação, moradia, geração de emprego e renda e melhoria das condições de vida da população. Os Municípios apresentados neste relatório apresentam índices de desenvolvimento humano ainda baixos, demonstrando mais uma vez a ausência do políticas publicas e aplicação das mesmas.

Podemos, por fim, concluir que a execução desse plano de pesquisa IC foi fundamental para o desenvolvimento acadêmico da bolsista que pode vivenciar diferentes etapas, tais como revisão bibliográfica, campo, análise e interpretação de dados, além de participação em eventos científicos, que ampliaram a visão científica e permitiu trocas com outros estudantes, professores e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente. *APA do Pratigi*. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APAPRATI&p=APAAPA>. Acesso 08 mai.2012.
- GONÇALVES, R.S. *Modelagem dinâmica como suporte para construção da história ambiental da apa do pratigi – Bahia*. 2013. 75p. Banca de acompanhamento de dissertação do Programa de Pós Graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente – PPGM, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2013.
- GUIMARÃES, Mauro. *Educação Ambiental: No consenso um embate?* Campinas, SP: Papirus, 2000.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: Para além dos muros da escola. In: *Vamos Cuidar do Brasil: Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola*. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.
- ROCHA, R.B; MOREAU, M.S.; CAMPOS, D.O; FRAGA, R.G.R.; FIGUEREDO, F.L.S.. *Caracterização Sócio-Ambiental da Área de Proteção Ambiental do Pratigi*. UESC/IFV/OCT. 2010. 39 p.